



CÓD: OP-013FV-24
7908403549139

REDENÇÃO-PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO - PARÁ

Agente de Infraestrutura Educacional II –
Merendeira

EDITAL 01/2024

Língua Portuguesa

1. Texto e gêneros textuais: interpretação e especificidades. Intenção comunicativa	5
2. Coesão e coerência textuais	5
3. Informações implícitas.	6
4. Funções da Linguagem.....	6
5. Citação do discurso (direto, indireto, modalização em discurso segundo ilha textual)	7
6. Paráfrase	10
7. Sequência textuais (narrativa, argumentativa, descritiva).....	10
8. Variação linguística;	11
9. Níveis de Linguagem	12
10. Semântica (Sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos, hiperônimos e hipônimos.....	12
11. Morfossintaxe: classificação das palavras, emprego e flexão	13
12. estrutura e formação de palavras	21
13. o período-classificação; orações coordenadas e subordinadas, termos da oração). Vocativo e aposto	21
14. Sintaxe de regência, concordância e colocação	26
15. Crase	29
16. Ortografia oficial	30
17. Acentuação gráfica;.....	30
18. Pontuação	31

Matemática

1. Números inteiros; Operação com números naturais e fracionais.....	41
2. Proporção	50
3. Regra de três simples.....	51
4. Porcentagem.....	53
5. Problemas envolvendo as quatro operações (adição, subtração, divisão, multiplicação)	54

Conhecimentos Gerais

1. Domínio de tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas, tais como: Ciências, Política, Economia	57
2. História e Geografia do Brasil, do Estado do Pará e do Município de Redenção-PA	57

O transporte intraurbano

As últimas décadas conheceram uma verdadeira explosão nas taxas de motorização individual. Entre os países desenvolvidos, essa taxa varia de cerca de 350 mil automóveis por mil habitantes da Dinamarca até 500 ou mais na Alemanha, Itália e nos Estados Unidos. Nos países subdesenvolvidos industrializados, ela é bem menor, em torno de 100 a 200 automóveis por mil habitantes, embora esteja crescendo em ritmo acelerado.

Nas cidades brasileiras com mais de 60 mil habitantes, por exemplo, a taxa de motorização passou de 171 veículos/mil habitantes em 2003 para 206 veículos/mil habitantes em 2007. Por isso, e apesar dos programas de redução de poluentes de veículos, a quantidade de poluentes emitidos pelos habitantes dessas cidades apresentou aumento de 2,3% no período.

A poluição atmosférica causada pelos veículos acarreta distúrbios de saúde em vastas camadas da população. A poluição sonora e os acidentes de trânsito também fazem parte da lista dos problemas gerados pelo crescimento intensivo do transporte individual.



Ar bastante poluído na cidade de São Paulo - SP

No mundo todo houve expansão da motorização individual, ao passo que o uso dos transportes públicos experimentou estagnação, ou mesmo declínio. Nas metrópoles brasileiras, carentes de adequados sistemas de transporte público, o automóvel tende a substituir os deslocamentos a pé ou em bicicletas.

Desde a década de 1960, as estratégias voltadas para reduzir a crise do trânsito urbano concentraram-se na multiplicação das obras viárias: pistas expressas, vias elevadas, viadutos, túneis, anéis periféricos. Essas estratégias, extremamente caras, desfiguram grande parte da paisagem urbana, ampliaram o espaço consumido pelas infraestruturas de circulação, deterioraram áreas residenciais, parques e praças e fracassaram: o aumento da oferta de vias de trânsito estimulou o crescimento, num ritmo ainda maior, da quantidade de veículos e das distâncias percorridas.

A falta de investimentos em transporte público, obriga a população a andar em ônibus cada vez mais lotados nas grandes cidades

A experiência do passado recente revelou que novas infraestruturas de circulação geram seus próprios congestionamentos. Assim, surgiram propostas para enfrentar o desafio do trânsito urbano que buscam combinar investimentos nos transportes de massa com restrições ativas à circulação de veículos particulares. No Brasil, as experiências de limitação do trânsito de automóveis abrangem principalmente proibições parciais de circulação, por meio de sistemas de rodízios. O automóvel, antigo ícone da liberdade de deslocamento, tornou-se símbolo das mazelas da vida urbana.

Destaque da Região Centro-Sul

Com aproximadamente de 2,2 milhões de km², cerca de 25% do território brasileiro, a região centro-sul abrange os estados da região Sul, Sudeste (exceto o norte de Minas Gerais) e Centro-Oeste, (Goiás, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Sul do Mato Grosso e de Tocantins).

É o complexo regional mais importante e o centro econômico da nação, com mais de 60% da população brasileira. Aí estão 16 das 22 áreas metropolitanas do país. É a mais dinâmica das regiões, com uma economia muito diversificada.

Apresenta a maior concentração de indústrias do país, uma rede complexa e interligada de cidades, a agropecuária mais moderna e a mais densa rede de serviços, comunicações e transportes. É onde se produz mais emprego do que todos os complexos regionais e concentra a maior quantidade dos investimentos das grandes empresas.

O Centro-Sul é o espaço da modernização e do dinamismo, embora apresente ainda estruturas tradicionais e atrasadas, acarretando desequilíbrios socioespaciais no seu espaço regional. Podemos dizer que o Centro-Sul representa o “Brasil novo”, da indústria, das grandes metrópoles, da imigração e da modernização da economia.

É a região de economia mais dinâmica do país, produzindo a maior parte do PIB. Nos setores agrícola, industrial e de serviços, além de concentrar a maior parte da população. Apesar da maior dinamicidade, o centro-sul possui também as contradições típicas do desigual desenvolvimento sócioeconômico brasileiro.

População Brasileira

O Brasil é considerado um dos países de maior diversidade étnica do mundo, sua população apresenta características dos colonizadores europeus (brancos), dos negros (africanos) e dos indígenas (população nativa), além de elementos dos imigrantes asiáticos. A construção da identidade brasileira levou séculos para se formar, sendo fruto da miscigenação (interação entre diferentes etnias) entre os povos que aqui vivem.

Além de miscigenado, o Brasil é um país populoso. De acordo com dados do último Censo Demográfico, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total do país é de 190.755.799 habitantes. Essa quantidade faz do Brasil o quinto mais populoso do mundo, atrás da China, Índia, Estados Unidos da América (EUA) e Indonésia, respectivamente.

Apesar de populoso, o Brasil é um país pouco povoado, pois a densidade demográfica (população relativa) é de apenas 22,4 habitantes por quilômetro quadrado. Outro fato que merece ser destacado é a distribuição desigual da população no território nacional. Um exemplo desse processo é a comparação entre o contingente populacional do estado de São Paulo (41,2 milhões) com o da região Centro-Oeste (14 milhões).

A demografia – ou Geografia da População – é a área da ciência que se preocupa em estudar as dinâmicas e os processos populacionais. Para entender, por exemplo, a lógica atual da população brasileira é necessário, primeiramente, entender alguns conceitos básicos desse ramo do conhecimento.

População absoluta: é o índice geral da população de um determinado local, seja de um país, estado, cidade ou região. Exemplo: a população absoluta do Brasil está estimada em 180 milhões de habitantes.

Densidade demográfica: é a taxa que mede o número de pessoas em determinado espaço, geralmente medida em habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²). Também é chamada de população relativa.

Superpovoamento ou superpopulação: é quando o quantitativo populacional é maior do que os recursos sociais e econômicos existentes para a sua manutenção.

Qual a diferença entre um local, populoso, densamente povoado e superpovoado?

Um local densamente povoado é um local com muitos habitantes por metro quadrado, enquanto que um local populoso é um local com uma população muito grande em termos absolutos e um lugar superpovoado é caracterizado por não ter recursos suficientes para abastecer toda a sua população.

Exemplo: o Brasil é populoso, porém não é densamente povoado. O Bangladesh não é populoso, porém superpovoado. O Japão é um país populoso, densamente povoado e não é superpovoado.

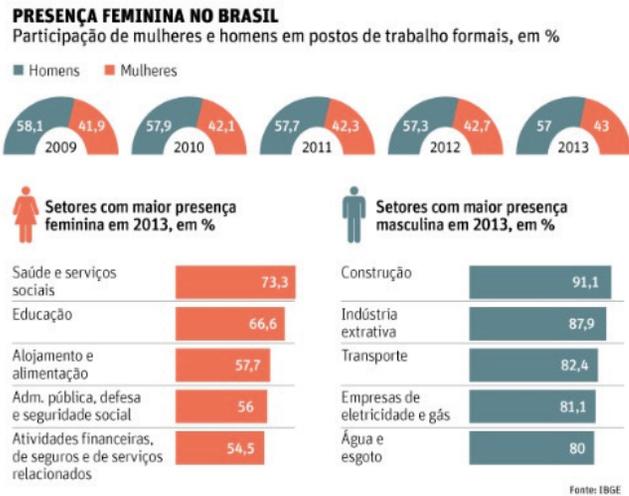
Taxa de natalidade: é o número de nascimentos que acontecem em uma determinada área.

Taxa de fecundidade: é o número de nascimentos bem sucedidos menos o número de óbitos em nascimentos.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em todo mundo, apenas 46% das mulheres em idade de trabalhar buscam emprego. Na mesma faixa etária, os homens respondem por 76%.

Nos países desenvolvidos a mulher ocupa 51,6% dos postos de trabalho frente aos 68% dos homens. No Brasil, essa diferença é de 22 pontos percentuais, aumentando a brecha salarial.

Nos gráficos abaixo podemos observar a participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil:



Divisão do mercado de trabalho entre mulheres e homens

Jovens

Para os jovens da chamada geração Y ou os millennials – que nasceram após 1995 – o mercado de trabalho pode ser um desafio complexo.

Os millennials se caracterizam por ter um domínio das tecnologias mais recentes, redes sociais e até programação. Possuem bom nível de inglês e um segundo idioma, fizeram pós-graduação e quem pode, viajou para o exterior.

Por outro lado, têm dificuldades em aceitar hierarquias e, por conta de sua formação, desejam começar logo em postos de comando. São menos propensos a serem fiéis à empresa e preferem empreender seu próprio negócio que buscar um emprego tradicional.

A realidade dos millennials nos países subdesenvolvidos em geral e no Brasil em particular esbarra sempre no acesso à educação formal.

Profissões mais valorizadas

Apesar de ser apenas uma estimativa, aqui estão as profissões que estão em alta e devem ser mais demandadas nos próximos anos:

- Estatística
- Analista de dados
- Médico
- Biotecnologia e Nanotecnologia
- Economia Agroindustrial
- Administração de Empresas
- Comércio Exterior
- Turismo
- Geriatria
- Design com foco em inovação

Estrutura ocupacional

Nos últimos anos o ritmo de crescimento populacional foi alterado pelas modificações das taxas de mortalidade e fecundidade. Nonato et al (2012) analisando a força de trabalho, destacam que a transição demográfica altera a quantidade da força de trabalho, pois altera a composição relativa de peso para cada grupos da po-

pulação, principalmente em termos de números de adultos que constituem a PIA brasileira, e assim modificando a oferta de mão de obra do país, como será visto na seção nesta seção.

Para Camarano (2014) o Brasil estaria indo em direção à terceira fase da transição demográfica na qual a população apresenta diminuição e envelhecimento. Barbosa (2014) argumenta que a demografia brasileira nas últimas décadas vem expondo um menor ritmo de crescimento populacional e alteração de sua estrutura etária, fato que modifica população em idade ativa (PIA), assim como, modifica o mercado de trabalho.

Nonato et al (2012) observam a força de trabalho brasileira e sua disposição de quantidade e qualidade. A quantidade da força de trabalho está condicionada ao tamanho da população, número de adultos e a disposição de empregabilidade. Enquanto a qualidade da força de trabalho está condicionada ao nível educacional da população. Segundo os autores as características quantitativa e qualitativa da força de trabalho brasileira modificaram-se nas ultimas décadas por três razões centrais. A primeira diz respeito à transição demográfica e alteração da estrutura etária, que altera a composição da PIA e consequentemente o número de indivíduos da força de trabalho. A segunda são alterações da qualificação, especialização, ou seja, aumentos da escolaridade que são associados a maiores níveis de participação nas atividades produtivas. E a terceira refere-se à população feminina e sua participação no mercado de trabalho.

Barbosa (2014) ressalta que a parcela que representa a PIA dentro do conjunto populacional de 2012, tinha um peso próximo a 69,0% do total da população brasileira. No entanto a PIA tem crescido a taxas relativamente menores que a população com mais de 65 anos de idade, apresentando uma tendência de desaceleração do grupo entre 15 e 64 anos de idade desde 1999, em função da queda da fecundidade e com projeções para sua intensificação de queda para as próximas décadas. 27

Camarano (2014) explica que o grupo da PIA apresentou uma taxa de crescimento de 1,4% ao ano, entre 2010 e 2015, taxa considerada relativamente alta por Camarano, mas deve apresentar crescimento negativo para os períodos finais da projeção até 2050, atingindo seu máximo até 2040 com um número aproximado de 177 milhões. A desaceleração do crescimento para o grupo da PIA é projetado a partir de 2045, projetando-se também que 60,0% de sua formação sejam de indivíduos com mais de 45 anos de idade, e de 50,0% com mais de 50 anos de idade

Camarano (2014) argumenta que as taxas de participação na atividade econômica (PEA) de 2010 ficam constantes até a projeção de 2020, no entanto para a projeção de 2020- 2030 em decorrência da queda da fecundidade devem resultar em um decréscimo aproximado de 380 mil na demanda por postos de trabalho anuais. Ressalta que para manter o nível de atividade da economia brasileira de 2010, entre 2030 e 2050, 400 mil novos indivíduos deverão estar dispostos a ocuparem uma vaga no mercado de trabalho brasileiro.

A autora argumenta que esses potenciais demandantes por vagas no mercado de trabalho poderiam resultar do declínio de mortalidade, aumento da participação feminina ou ainda uma postergação da saída do mercado de trabalho.

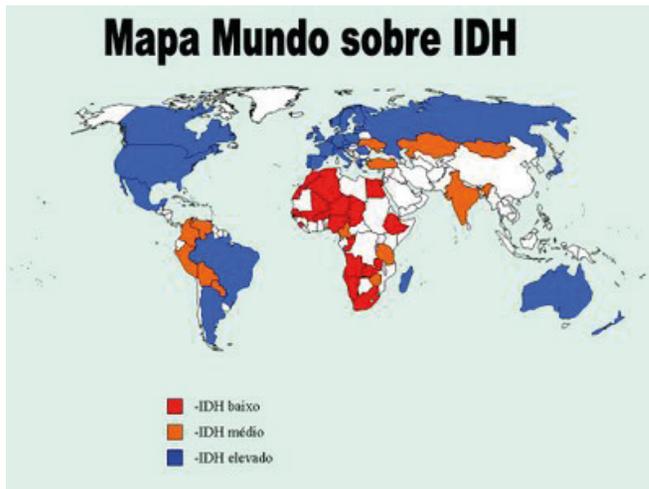
Nonato et al (2012) ressalta que os efeitos de curto prazo de diminuição da população jovem será desdobrado no médio e longo prazo em uma redução da (PIA) e inversão da pirâmide etária. E a partir de uma perspectiva do mercado de trabalho a consequência da transição demográfica resulta diretamente na composição da PIA brasileira e impactando a disponibilidade de mão de obra.

Além dos fatores que dizem respeito aos indivíduos e suas condições, existem as barreiras sociais. Uma dessas barreiras sociais é como absorver um contingente mais envelhecido (ou manter ele em atividade) como o preconceito em relação ao trabalho das pessoas mais envelhecidas, embora tenham um nível maior de experiência em relação aos jovens, apresentam maior absenteísmo por condições físicas e de saúde como também maior tempo de aprendizado de algumas funções assim como dificuldades para lidar com modificações tecnológicas. Logo existe a necessidade para adequa-

os outros indicadores em níveis catastróficos. Os 10 países que ocupam o topo no quesito “**muito alto desenvolvimento humano**” na tabela que apresenta o ranking IDH Global de 2018 são:

RANKING IDH GLOBAL	PAÍS	NOTA
1	Noruega	0,953
2	Suíça	0,944
3	Austrália	0,939
4	Irlanda	0,938
5	Alemanha	0,936
6	Islândia	0,935
7	Hong Kong	0,933
8	Suécia	0,933
9	Singapura	0,932
10	Holanda	0,931

De acordo com este relatório, o Brasil figura no quesito “*alto desenvolvimento humano*”, ocupando a posição **79ª** no ranking IDH Global, com nota **0,759**.



Mapa ilustrando a visualização IDH Global

Que tipo de informação os indicadores podem dar sobre o Brasil?

A comparação entre as regiões norte, nordeste, sudeste, sul e centro-oeste é muito importante para que tenhamos condições de conhecer melhor uma região ou o país. Quando comparados os indicadores sociais do nordeste com os do sudeste (por exemplo, número de pessoas que têm em casa esgoto ligado à rede geral, água tratada e coleta de lixo), fica evidente que no nordeste as famílias vivem em piores condições de vida do que no sudeste.

Ao mesmo tempo, estes indicadores possibilitam que tenhamos condições de avaliar com mais cuidado as ações dos governos no que se refere à administração da vida das pessoas. Um governo conseguiu melhorar os índices de educação em várias regiões, outro pode ter incentivado a criação de novas indústrias - os números mostram o que realmente foi realizado.

Plataforma do PNUD apresenta indicadores sociais de 20 regiões metropolitanas do Brasil

Atlas do Desenvolvimento Humano das Regiões Metropolitanas Brasileiras disponibiliza informações do IDH municipal e outros 200 indicadores socioeconômicos. Objetivo é melhorar elaboração de políticas públicas para as cidades. Iniciativa é tema de apresentações na Terceira Conferência da ONU sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, a Habitat III.

Para disponibilizar dados sobre 20 regiões metropolitanas brasileiras — de um total de 70 espalhadas pelo país —, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) criaram uma plataforma online com informações sobre educação, renda, trabalho, demografia, longevidade, habitação e vulnerabilidade de grupos específicos. O objetivo é melhorar as políticas públicas para as cidades.

A iniciativa é tema de apresentações da Terceira Conferência da ONU sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, a Habitat III, que teve início na segunda-feira (17) e termina na próxima quinta (20).

Criado também em parceria com a Fundação João Pinheiro, o Atlas do Desenvolvimento Humano das Regiões Metropolitanas Brasileiras utiliza informações do projeto Atlas Brasil, que avaliou as condições de vida em 5.565 municípios.

Além de apresentar o índice de desenvolvimento humano de cada cidade (IDHM), o portal exibe outros 200 indicadores socioeconômicos e sua evolução de 2000 a 2010 nas 20 regiões analisadas. Entre as regiões metropolitanas avaliadas, estão São Paulo, Distrito Federal e Entorno, Rio de Janeiro, Manaus, Maceió, Curitiba, Porto Alegre, entre outras.

“O Atlas é um instrumento de democratização da informação que pode auxiliar na melhoria da qualidade de políticas públicas”, destaca a coordenadora do Relatório de Desenvolvimento Humano no PNUD, Andréa Bolzon.

Segundo a especialista, com a plataforma “é possível perceber que a desigualdade em nível ‘intra-metropolitano’ ainda persiste como realidade tanto no Sudeste quanto no Nordeste”.

“Dentro da mesma região metropolitana, por exemplo, a diferença em termos de esperança de vida ao nascer pode chegar a mais de dez anos entre uma Unidade de Desenvolvimento Humano (UDHs) e outra, quer estejamos em Campinas ou em Maceió”, explica Bolzon.

As UDHs — que podem ser analisadas separadamente na plataforma — são áreas menores que bairros nos territórios mais populosos e heterogêneos, mas iguais a municípios inteiros quando estes têm população insuficiente para desagregações estatísticas.

Através do link a seguir terá acesso, sequencialmente, à plataforma online e ao atlas apontado no texto.

História do Estado do Pará

A região do vale amazônico, pelo Tratado de Tordesilhas (1494), era de posse da Coroa espanhola. Assim sendo, a foz do rio Amazonas foi descoberta por Vicente Yáñez Pinzón, um navegador espanhol que a alcançou em fevereiro de 1500. Seu primo, Diego de Lepe, também alcançou a foz do rio Amazonas, em abril do mesmo ano. Os portugueses, com a finalidade de consolidar a região como território português, fundaram o Forte do Presépio, na então chamada Santa Maria de Belém do Grão-Pará. A construção foi a primeira do modelo na Amazônia, e também a mais significativa no território amazônico até 1660. Apesar da construção do Forte, a ocupação do território foi desde cedo marcada por incursões de Neerlandeses e Ingleses em busca de especiarias¹.

Daí a necessidade dos portugueses de fortificar a área.

Em 1541, Gonzalo Pizarro e Francisco de Orellana, também espanhóis, partiram de Quito, no atual Equador, e atravessaram a cordilheira dos Andes, explorando o curso do rio até o Oceano Atlântico, onde atualmente encontra-se Belém. A viagem durou de 1540 a 1542 e seus relatos foram concebidos pelo frei dominicano Gaspar de Carvajal. Ainda no século XVI, os espanhóis realizaram outra expedição similar à de Orellana. Pedro de Ursua também navegou o

¹ Governo do Pará. História. <https://www.pa.gov.br/pagina/55/historia#conteudo>.

A **bacia hidrográfica** do Estado do Pará abrange área de 1.253.164,5 km², sendo 1.049.903,5 km² pertencentes à bacia Amazônica e 169.003,5 km² pertencentes à bacia do Tocantins. Encontra-se ainda no rio Tocantins a usina hidrelétrica de Tucuruí, com área inundada de 2 430 km² e capacidade de geração de energia de 7745 MW.

O **clima** do Estado do Pará é tipicamente equatorial, com médias térmicas anuais entre 24 e 26°C, além de alto índice pluviométrico, que chega a alcançar 2.000 mm nas proximidades do rio Amazonas.

A quase totalidade de sua área encontra-se na **Floresta Amazônica**, exceto nas partes onde existem formações de campos – região do baixo rio Trombetas e Arquipélago do Marajó.

De acordo com o IBGE, a **população** estimada do Estado do Pará totalizou em 2020, o número de 8.690.745 habitantes (estimativa)³, sendo que em 2010, esse número era de 7.581.051 (oficial).

Assim, a **densidade demográfica** em 2010, foi de 6,07(hab/km²).

Os povos e a **diversidade** caminham de mãos dadas desde o início da formação do que hoje é conhecido como o Estado do Pará. Entre seus habitantes estão: indígenas, negros, brancos, ribeirinhos e asiáticos. Espalhados pelo campo (34%) e cidades (66%), aproximadamente.

Na sua formação, o Pará teve um elevado número de imigrantes portugueses, espanhóis, italianos e japoneses. Além das muitas influências africanas e, claro, indígenas. Tanto que no Estado há cerca de 31 etnias indígenas espalhadas em 298 povoações, totalizando mais de 27 mil índios, de acordo com dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Os desbravadores lusitanos foram seguidos pelos espanhóis, que chegaram à capital quase que exclusivamente por questões políticas, graças às disputas ultramarinas dos dois países da Península Ibérica.

Já nos últimos séculos vieram os italianos e japoneses. Estes últimos estabeleceram-se no interior agrário, fixando-se em municípios como Tomé-Açu. Além desses, o Estado também recebeu libaneses e franceses.

Em 2016, o Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente em reais, era de R\$ 708,00.

A composição da **economia** do Estado do Pará é diversificada, baseando-se no extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho) e vegetal (madeira), na agricultura, na pecuária, na indústria e no turismo.

Entre os produtos cuja produção mais se destaca encontram-se a laranja, a cana-de-açúcar, o milho, a pimenta-do-reino, o arroz, a mandioca, o cacau, o feijão, frutas silvestres, palmito e coco dendê.

Na pecuária predomina a criação de galináceos, seguidos pelos bovinos, suínos, equinos e ainda os bubalinos. A atividade pecuária está mais presente no sudeste; já a agricultura é mais intensa no nordeste.

A mineração é atividade preponderante na região sudeste do Estado, sendo Parauapebas a principal cidade produtora. Nesta área destacam-se o ferro, a bauxita, o manganês, o calcário, o ouro e o estanho. Predominam no Estado do Pará as indústrias alimentícia, madeireira e de mineração.

O Pará é o maior produtor de pimenta-do-reino do Brasil e está entre os primeiros na produção de coco da Bahia e banana. São Félix do Xingu é o município com maior produção de banana do País.

A indústria concentra-se mais na região metropolitana de Belém, encabeçada pelos distritos industriais de Icoaraci e Ananindeua, e nos municípios de Marabá e Barcarena.

Pela característica natural da região, destaca-se também como forte ramo da economia a indústria madeireira.

Meio Ambiente

O Pará abriga uma incalculável variedade de fauna e flora, e detém um potencial científico e econômico sem paralelo.

³ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/para/>

Localizado na Amazônia oriental, o Estado está situado no maior corredor de florestas protegidas do mundo, com mais de 717 mil km² (cerca de 71 milhões de hectares) divididos em áreas de proteção integral, de uso sustentável e terras indígenas, de acordo com dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

Ao todo, as reservas contabilizam mais de 57% do território do Estado. Aliás, muitas espécies, animais e vegetais, que vivem nessas áreas sequeiras são conhecidas pela Ciência.

As reservas foram criadas para conservar a riqueza genética da floresta tropical, importantes fontes de renda para as populações carentes amazônicas.

Cobertura Vegetal

Entrar no mundo exuberante, mas ao mesmo tempo cheio de mistérios e surpresas da vegetação do Pará é começar uma aventura por uma parte considerável da Floresta Amazônica, um verdadeiro santuário para botânicos, ecologistas e outros estudiosos da natureza. Quem embarca nessa viagem vai deparar-se com uma cobertura vegetal diversificada, que inclui desde as florestas equatoriais e cerrados, até os campos, que reinam na monumental ilha do Marajó. Não podemos falar da cobertura vegetal paraense sem mencionarmos, primeiramente, a Floresta Amazônica, considerada a “mais rica floresta pluvial equatorial do mundo”, tanto em extensão como em variedade de espécies vegetais e animais⁴.

A expressão “Inferno verde” foi cunhada por Alberto Rangel, fascinado pelas características da vegetação. Abrangendo cerca de milhões de km², dos quais 60% estão em território brasileiro, a Floresta Amazônica apresenta, floristicamente, uma variedade superior à existentes nos continentes asiático e africano, que pode chegar a 800 mil plantas, incluindo todos os grupos já catalogados. No entanto, apesar de toda essa diversidade, apenas no estuário do Rio Amazonas, no Estado do Pará, são encontradas duas espécies dominantes na vegetação local: as palmeiras do buriti (*Mauritia flexuosa*) e do açai (*Euterpe oleracea*), conforme ressalta o pesquisador William Rodrigues na publicação “Amazônia, Fauna e Flora”. Toda riqueza da vegetação amazônica, na parte pertencente ao Estado do Pará, está distribuída nas matas fechadas e campos alagados. Os quatro tipos de florestas existentes no território paraense, são a Ombrófila Densa, Ombrófila Aberta, Estacional Decidual e Estacional Semidecidual.

Queimadas

Nos últimos 20 anos o Pará vem sofrendo um acelerado processo de devastação de sua vegetação nativa, em função da derrubada de matas e das queimadas. Usadas geralmente para retirar a cobertura vegetal de grandes áreas, destinadas às atividades agrícolas ou pecuárias, as queimadas tornaram-se um pesadelo em determinadas áreas do Estado. A queima e a derrubada indiscriminada de árvores deixam a região sensível a mudanças no clima. Sem a proteção da mata, podem ocorrer também incêndios espontâneos. Mas os perigos não param por aí. A fumaça decorrente das queimadas lança na atmosfera gases, partículas de materiais e grande quantidade de gás carbônico. Esses elementos, associados aos gases naturais produzidos pela floresta, afetam até a camada de ozônio, causando ainda inúmeras doenças respiratórias no homem. Nem mesmo os animais conseguem escapar da destruição ambiental causada pelo fogo, que ameaça de extinção várias espécies vegetais responsáveis pela manutenção de insetos polinizadores (que espalham o pólen das plantas pela floresta).

Outra consequência desastrosa das queimadas verifica-se na fertilidade dos solos. Após a queima da mata, o solo fica com uma camada superficial rica em nutrientes, mas que em pouco tempo desaparece, levada pelas águas das chuvas, no processo chamado lixiviação. Com a repetição das queimadas, o solo perde todas as

⁴ Governo do Estado do Pará. Plano Estadual de Saúde do Pará. <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/37/PES-2012-2015.pdf>

Brasão de Armas do Estado do Pará

Brasão ou Escudo de Armas do Estado do Pará foi criado em 9 de novembro de 1903, pela lei estadual de nº 912, que estipulou a criação de um Brasão (ou Escudo) de Armas para o Estado.

Os seus autores são: José Castro Figueiredo (arquiteto) e Henrique Santa Rosa (Historiador e Geógrafo).



O mote: *Sub lege progrediamur*, latim para “Sob a lei progredimos”;

A estrela solitária: faz menção ao Pará como unidade da República Federativa do Brasil – à época da proclamação da República, única unidade federativa cuja capital situava-se acima da linha do Equador, fato esse representado na bandeira nacional por Espiga, figurada acima da linha do azimute;

As cores: vermelho faz menção à República e ao sangue derramado dos paraenses nas diversas lutas em defesa pela soberania da pátria;

A banda: branco faz menção à linha imaginária do Equador, que corta o estado ao Sul;

Os ramos: de cacaueteiro e seringueira, fazem menção às principais produções agrícolas à época;

A águia: guianense faz menção à altivez, nobreza e realeza do povo do Estado.

Bandeira do Pará



A bandeira do estado do Pará foi aprovada pela Câmara Estadual em 3 de junho de 1890, por proposta apresentada pelo deputado Higinio Amanajás.

Na verdade, antes mesmo de ser oficializada como símbolo do Estado, representava o Clube Republicano Paraense. Por isso, tremulou, pela primeira vez, por ocasião da adesão do Pará à República do Brasil, em 16 de novembro de 1889. Alguns meses depois, mais exatamente no dia 10 de abril de 1890, o Conselho Municipal, por proposição do seu presidente, Artur Índio do Brasil, aprovou projeto fazendo do distintivo do Clube, a bandeira do município de Belém.

Hino Oficial do Estado do Pará

O Hino do Pará tem letra de Artur Teódulo Santos Porto (1886 - 1938), música de Nicolino Milano (1876 - 1931), adaptação e arranjo de Gama Malcher. Tornou-se oficial pela emenda constitucional nº 1, de 29 de outubro de 1969.

Cultura

Caleidoscópio de materiais, cores, aromas, sons e formatos.

Texturas, cores, materiais e formatos variados compõem a rica e diversificada cultura do Pará. O artesanato é marcado por peças inspiradas nas milenares civilizações indígenas e joias produzidas com matérias primas encontradas na própria natureza que reproduzem não só a criatividade dos artesãos, mas um pouco do que é o Pará.

Além do artesanato e das joias, o Estado é palco da leveza e sensualidade de danças típicas como o carimbó e o lundu. Passos marcados por músicas onde o falar paraense dá o tom e registra a identidade do povo.

Para completar o caleidoscópio cultural, o Pará eterniza personagens de lendas amazônicas como o Uirapuru e o Boto, por meio de apresentações culturais que se replicam em vários cantos do Estado.

Culinária

Um universo de cores e sabores.

Considerada uma das culinárias mais “brasileiras” do País, a gastronomia do Pará tem sim a cultura indígena como sua maior influência, mas também carrega consigo traços portugueses e africanos. Os elementos encontrados na região da Amazônia formam a base de seus pratos, com o acréscimo do camarão, caranguejo, pato e dos peixes, todos temperados com folhas e frutas nativas. Destacam-se: açaí, bacaba, cupuaçu, castanha-do-pará, bacuri, pupunha, tucumã, muruci, piquiá e taperebá –, pimentas de cheiro e ervas. Os mais tradicionais são cozidos em panelas de barro ou assados em moquéns e embebidos de tucupi, caldo amarelo extraído da mandioca. Aliás, a raiz é uma das bases da culinária paraense, e sua farinha não pode faltar nos pratos locais. Entre os destaques da cozinha paraense estão:

Pato no tucupi

Constituído de pato, tucupi e jambu. O tucupi é um caldo amarelo extraído da mandioca e por isso precisa ser cozido durante uma semana. O pato, depois de assado, é cortado em pedaços e fervido no tucupi, onde fica de molho por algum tempo. O jambu é fervido em água com sal, escorrido e posto sobre o pato. É servido com arroz branco e farinha de mandioca.

Maniçoba

Do tupi Maní, deusa da mandioca. Usa-se tipicamente uma panela de barro ou de porcelana. O prato demora pelo menos uma semana para ser feito, pois a folha da maniva (a planta da mandioca), depois de moída, deve ser cozida durante, pelo menos, quatro dias com a intenção de eliminar o ácido cianídrico que contém. Depois disso é acrescentado o charque, toucinho, bucho, mocotó, orelha, pé e costelas salgadas de porco, chouriço, linguiça e paio, praticamente os mesmos ingredientes de uma feijoada completa. É servido com arroz branco, farinha d’água e pimenta de cheiro a gosto.

Caruru

Feito com quiabo, camarões secos e inteiros, tempero verde (alfavaca e chicória), farinha seca bem fina e azeite de dendê. Após fervidos o quiabo, o tempero verde e os camarões na água, acrescenta-se a farinha e faz-se um pirão. Estando pronto o pirão, adicionam-se os quiabos bem escorridos, o camarão já refogado com todos os temperos e, por último, o azeite de dendê.

CONHECIMENTOS GERAIS

Transportes

A cidade é servida pelo Aeroporto de Redenção.

Economia

A economia do município é baseada na pecuária de corte que fornece gado para vários abatedouros, inclusive JBS. A cultura da soja também está presente e que foi incluída recentemente e vem atraindo muitos investidores de diversas regiões do Brasil por ter em seu clima um grande atrativo que colabora muito no cultivo do grão.

O comércio também é muito forte na cidade, que recebe pessoas de várias cidades menores e ajuda na geração de empregos.

O primeiro Prefeito eleito para administrar o município de Redenção foi o Sr. Arcelide Veronese, que governou por seis anos. Com ele foram eleitos nove Vereadores, a saber: João Tomé de Souza, Roberto de Castro Amorim, Antônio Vieira Lima, Pedro Alcântara de Souza, Pedro Carneiro de Souza, Natalício Alves Maciel (in memoriam), Jonas Martins dos Santos, Olímpio Luiz de Farias e Antônio Batista da Silva.

POPULAÇÃO

Em 2022, a população era de 85.597 habitantes e a densidade demográfica era de 22,39 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 17 e 45 de 144. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 374 e 2951 de 5570.

População no último censo [2022]	85.597 pessoas
Densidade demográfica [2022]	22,39 habitante por quilômetro quadrado

TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2021, o salário médio mensal era de 2,1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 18,58%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 48 de 144 e 12 de 144, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1674 de 5570 e 1771 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 38,5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 141 de 144 dentre as cidades do estado e na posição 2943 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2021]	2,1 salários mínimos
Pessoal ocupado [2021]	16.039 pessoas
População ocupada [2021]	18,58 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	38,5 %

EDUCAÇÃO

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 95,5%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 70 de 144. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 4850 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede

pública era 4,9 e para os anos finais, de 4,4. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 26 e 29 de 144. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 3843 e 3595 de 5570.

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	95,5 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,9
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,4
Matrículas no ensino fundamental [2021]	13.107 matrículas
Matrículas no ensino médio [2021]	3.948 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2021]	415 docentes
Docentes no ensino médio [2021]	136 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	39 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	9 escolas

ECONOMIA

PIB per capita [2021]	29.567,91 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	-
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,672
Total de receitas realizadas [2017]	179.612,65 R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	151.652,35 R\$ (×1000)

SAÚDE

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 19,45 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 2,8 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 35 de 144 e 86 de 144, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1045 de 5570 e 1211 de 5570, respectivamente.

Mortalidade Infantil [2020]	19,45 óbitos por mil nascidos vivos
Internações por diarreia [2016]	2,8 internações por mil habitantes
Estabelecimentos de Saúde SUS [2009]	18 estabelecimentos

